

## CARTA DO EDITOR

A idéia do presente suplemento de *História, Ciências, Saúde — Manguinhos* surgiu durante o Seminário “Saúde, Meio Ambiente e Cultura: 100 anos de Oswaldo Cruz na Amazônia”, realizado em outubro de 2005 no Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, unidade da Fiocruz em Manaus.

O título do seminário alude às viagens de inspeção dos portos marítimos e fluviais do Brasil realizadas por Oswaldo Cruz em 1905-1906. Diretor-geral de Saúde Pública, visitou então, entre outras localidades, Belém, Santarém, Óbidos, Parintins, Manaus e a Ilha de Tatuoca. O objetivo do encontro realizado na capital amazonense, um século depois, foi rever parceiros e atualizar as discussões que instigaram as pesquisas e gravações para os projetos “Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas: da borracha à biodiversidade (1991-1997)” e “Oswaldo Cruz na Amazônia (1999-2002)”.

Realizados pelo Setor de Imagem em Movimento do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, os vídeodocumentários *Chagas na Amazônia* (1991), *Chagas nos rios Negro e Branco* (1994), *Chagas no Acre e Purus* (1997) e *Oswaldo Cruz na Amazônia* (2002) refazem as mencionadas viagens, reexaminando questões relativas às condições sanitárias da região Amazônica.

O artigo de Júlio César Schweickardt e Nísia Trindade Lima mostra a relevância do estudo dos relatórios das expedições científicas de Carlos Chagas e Oswaldo Cruz (1910-1913), uma vez que ajudaram a construir representações de longa duração no pensamento científico e na história das idéias sobre a região amazônica.

Em 1991, quando era reitor da Universidade Federal do Amazonas, o médico e professor Marcus Barros participou do primeiro documentário realizado nos rios Juruá e Solimões, iniciando-se aí uma amizade com os pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz, que se traduz em apoio a novas pesquisas na região. Na entrevista publicada neste número, Barros fala sobre sua trajetória como médico e político, marcada pelo engajamento em lutas em prol do desenvolvimento sustentável da região, com melhoria das condições de vida e saúde das populações.

Em 2005, quando era o presidente do Ibama, Marcus Barros foi um dos mentores da idéia de outorgar ao pajé Tukano Gabriel Gentil o título honorífico de pesquisador da Fiocruz no campo do conhecimento tradicional. Este gesto legitimou parcerias na luta pelo reconhecimento dos saberes tradicionais dos índios e fortaleceu o diálogo entre as comunidades indígenas e a científica. O texto de Séríbhí — nome tukano de Gabriel Gabriel —, com apresentação de Ana Carla Bruno, é uma narrativa mitológica que diz respeito às relações intertribais dos povos Aruak, na região do rio Negro, relações sujeitas a conflitos e mudanças. Durante a palestra que fez no seminário de outubro de 2005, Gentil, paramentado com seu colar de quartzo branco, explicou com palavras e gestos como o pajé se transmuta em onça para exercer seus poderes de cura.

A atuação do pajé-onça ganhou novos sentidos com a palestra do filósofo paraense Benedito Nunes sobre o animal e o primitivo, dois entes à margem de nossa cultura greco-latina. Nos tempos mitológicos, animal e homem estavam unidos. Desde que os deuses antigos foram demonizados pelo cristianismo, passamos a ver o animal que habita o homem como estranho, como algo que simboliza o que ele tem de mais baixo e rude. O segundo ‘outro’ de nossa cultura, o índio, chegou a gerar uma questão teológica: teria aquele primitivo alma, seria humano? Benedito Nunes invoca, então, *Tristes trópicos* de Levi-Strauss: deveríamos admitir

dois modos de ciência complementares: um mais próximo do real, e que o alcança por intermédio da imaginação, e outro, um pouco mais distante, que faz uso de conceitos abstratos.

O artigo da médica e doutora em antropologia Luiza Garnelo, sobre mitos e ritos alimentares dos Baniwa, analisa como esta rica tradição influencia as dimensões política, ética e prática da vida social e orienta a sobrevivência do grupo. Para os Baniwa, como para outras sociedades indígenas sul-americanas, haveria uma unidade de espírito entre humanos e animais. No cotidiano Baniwa, a pesca, o preparo do peixe e seu consumo têm características rituais que expressam conexões entre a vida humana e a ordem cósmica. Os alimentos, se preparados fora das regras rituais, ficam contaminados com os poderes agressivos dos espíritos-animais, podendo gerar transtornos digestivos e outros.

As transformações históricas ameaçam o modo de vida da sociedade Baniwa. A partir da década de 1980, o projeto colonizador na região do Alto Rio Negro foi revitalizado pela política de ocupação das fronteiras (projeto Calha Norte/SIPAM) e por outras iniciativas do Estado e da sociedade brasileira. Paralelamente, a demarcação das terras indígenas do Alto rio Negro, com mais de 10,6 milhões de hectares (1997-1998), e o fortalecimento do movimento indígena local ganharam terreno na preservação dos conhecimentos tradicionais. “A base do conhecimento são nossas terras, são florestas, animais e minerais, além da parte espiritual sobre cada uma delas”, diz André Fernando, liderança indígena Baniwa no trabalho intitulado *O mundo e o conhecimento sustentável indígena*.

Não só os Baniwa, mas outras 22 etnias, cuja principal organização é a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (Foirn), vêm desenvolvendo sua capacidade de negociação com o mundo globalizado e enfrentam contradições para implantar novos projetos destinados a proteger conhecimentos tradicionais, inclusive no âmbito do Conselho Nacional de Patrimônio Genético.

As contradições do modo de ser contemporâneo dos Baniwa são abordadas em dois outros textos relacionados ao documentário *Koame wemakaa pandza, kome watapetaaka kaawwa* [Baniwa uma história de plantas e curas], que oferecemos aos leitores como brinde nessa edição da revista: Caminhos para um roteiro foi escrito pela autora do documentário e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marco Antonio Gonçalves, assina a resenha intitulada *As plantas que curam e as ‘qualidades do ser’ sobre ontologia e alteridade ameríndia*.

A história oral é utilizada em dois artigos. Jane Felipe Beltrão compara as epidemias de cólera ocorridas no Pará nos séculos XIX e XX, usando, entre outras fontes, memórias de coléricos e seus familiares. Conclui que há repetição de tragédias, que as condições de vida dos pobres permanecem péssimas. No século XIX, os registros feitos pelos profissionais de saúde são detalhados. O mesmo não ocorre na epidemia de 1991. Para a autora, esta diferença é constitutiva da análise histórica.

Em artigo sobre os caboclos do rio Negro, Fernando Dumas também tira proveito de depoimentos de descendentes das múltiplas etnias do lugar, de portugueses e migrantes nordestinos. O autor mostra como se transformaram os saberes que formam as tradições populares. Resgata, assim, uma história que parecia perdida, uma memória oculta pela aparente estagnação do processo cultural dos indivíduos procedentes do extrativismo.

Por sua vez, Ana Daou analisa os interesses e as expectativas da elite letrada presentes na representação pictórica da paisagem amazônica. A autora vê na decoração do salão nobre do Teatro Amazonas uma dimensão propagandística da natureza local, com a clara intenção de neutralizar os aspectos e efeitos negativos associados a ela por outros discursos. Os painéis apresentam uma Amazônia rica em flora e fauna, mas idealizada, amena, distanciada das febres, das populações indígenas e dos trabalhadores urbanos.

Kelson Semerene Costa analisa a obra escrita pelo padre João Daniel no Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre 1741 e 1757. Em *Tesouro descoberto no rio Amazonas*, o missionário

jesuíta, desterrado para Lisboa dois anos antes do banimento da Companhia de Jesus da América portuguesa, apresenta um projeto para a colonização, crítico ao modelo então em vigor, em que enfatiza a questão do trabalho.

Com base em jornais editados em Manaus, entre 1895 e 1915, Fabiane Vinente dos Santos relaciona o projeto de civilização das elites locais à preocupação caracteristicamente moderna com o corpo e a sexualidade da mulher, em um contexto sócio-histórico de consolidação do pensamento científico e das tecnologias, que tinham no corpo seu objeto de intervenção.

Nas primeiras décadas do século XX, intelectuais e médicos apontaram insistentemente a malária como o grande obstáculo ao desenvolvimento da Amazônia e a sua integração ao país. Após o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, a Amazônia ganhou relevância para o governo Vargas. O presidente da República inclusive viajou à região. Nesse contexto político foi concebido o Plano de Saneamento da Amazônia (1940-1942), analisado por Rômulo de Paula Andrade e Gilberto Hochman.

A esse mesmo contexto histórico reportam-se Marcos Chor Maio e Rodrigo Cesar da Silva Magalhães ao analisarem o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). A proposta da Unesco tem relação com as idéias sobre desenvolvimento em voga após a Segunda Guerra Mundial.

Há cem anos Oswaldo Cruz iniciou o estudo integrado da natureza e das condições de saúde das populações nativas e daquelas que migravam para a região amazônica atraídas pelos seringais ou por grandes empreendimentos como a Estrada de Ferro Madeira — Mamoré. Esta agenda continua atual. Devemos acrescentar a ela o desafio de integrar políticas para a melhoria da qualidade de vida das populações da floresta com políticas em prol do ambiente. É preciso conservar a natureza através da política para áreas protegidas e o respeito aos saberes tradicionais e direitos intelectuais dos povos da floresta.

*Stella Oswaldo Cruz Penido*  
Editora convidada